

Estudo sobre piso da enfermagem prevê riscos a programas de saúde

CNM aponta novos impactos da aplicação do piso à categoria sem a definição de fontes de custeio; medida pode gerar desassistência no País

JOYCE CUNHA
joycecunha@dgab.com.br

Em mais um capítulo nas discussões sobre a viabilidade ou não da aplicação do piso salarial para profissionais da área da enfermagem, a CNM (Confederação Nacional de Municípios) apresentou ontem novo estudo que aponta que, sem a indicação de fonte de custeio, a medida pode gerar desassistência de 35 milhões de brasileiros. No Grande ABC, 80.516 pessoas poderão ser afetadas. O impacto financeiro previsto somente para os serviços ligados à ESF (Estratégia de Saúde da Família) é de R\$ 3,6 milhões nas sete cidades da região. No País, o piso deve gerar despesa anual de R\$ 10,5 bilhões ao programa da atenção básica federal.

Conforme publicado pelo **Diário** na edição do dia 7 de setembro, a aplicação do piso nacional para profissionais da enfermagem – enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras – foi suspensa no início deste mês em medida cautelar concedida pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal),

Luis Roberto Barroso, que apontou, em sua decisão, a necessidade de esclarecimentos sobre os impactos financeiros aos estados e municípios. O plenário do STF avalia o caso. Até ontem, a votação estava em 5 a 3 para manter a lei.

Em estudo anterior, a CNM indicou que, no Grande ABC, a aplicação da Lei 14.434/2022 pode gerar R\$ 47,1 milhões em novas despesas aos cofres públicos. A região conta com 52.418 trabalhadores da área com registro junto ao Coren-SP (Conselho Regional de Enfermagem). O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou que o “movimento municipalista reconhece a importância de valorizar esses profissionais, mas alerta para a inviabilidade no atual cenário e os efeitos da medida na prestação de serviços à população”.

“Não há que se discutir a importância dos profissionais da saúde, especialmente pelo que vivemos no enfrentamento à pandemia. Porém, sem que seja aprovada uma fonte de custeio, conforme o Congresso havia se comprometido, veremos a descontinuidade de diversos programas sociais, o desliga-

mento de profissionais e a população que mais necessita de assistência”, afirmou Ziulkoski.

No documento apresentado, a entidade traz panorama sobre os programas federais na área de saúde e como esses podem ser impactados pelo piso. Um dos exemplos é o incentivo destinado ao financiamento das equipes do programa ESF, da Atenção Primária à Saúde.

O impacto do piso da enfermagem, somente na estratégia Saúde da Família, será superior a R\$ 1,8 bilhão no primeiro ano e, para manter os atuais R\$ 6,1 bilhões de despesas com os profissionais de enfermagem, os municípios brasileiros terão que credenciar 11.849 equipes, representando uma redução de 23% no total de equipes. No Grande ABC, de acordo com o novo estudo da CNM, 24 equipes que atuam na ESF deverão sofrer os impactos da medida, com o desligamento de 62 profissionais.

A CNM informou que apresentará, em 60 dias, dados sobre os impactos da lei aos municípios. Os estudos têm “intuito de apoiar a avaliação dos ministros nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7222, que trata da suspensão dos pisos salariais”.



IMPASSE. STF está próximo de suspender decisão de Barroso e manter pagamento de piso aos servidores



PROJEÇÃO DO IMPACTO NO GRANDE ABC

	Piso da Enfermagem - ESF (em R\$)	Desligamentos		População desamparada decorrente dos desligamentos
		por ocupação	por equipe	
Santo André	155.917	3	2	2.515
São Bernardo	421.549	7	3	8.946
São Caetano	130.661	3	1	5.513
Diadema	1.848.706	27	9	34.876
Mauá	101.747	2	1	1.964
Ribeirão Pires	693.613	14	5	17.589
Rio Grande da Serra	275.509	6	3	9.113
TOTAL	3.627.702	62	24	80.516

Fonte: Confederação Nacional de Municípios

Agência Editorial da Ara

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3